

A pesquisa-ação como instrumento de transformação social

Action-research as an instrument of social transformation

Bruna Woinorvski de Miranda*

Resumo: Ao mesmo tempo em que o século XXI se apresenta como um período de ápice no que tange a evolução da ciência (pelos avanços tecnológicos e de informática), a sua essência é colocada em xeque: seu enfoque simplista e determinista já não é mais considerado capaz de abarcar a complexidade da realidade social. Cada vez mais a subjetividade humana, suas experiências e visões de mundo, são tidas como relevantes na produção do conhecimento. E ao conhecimento, por sua vez, é colocado o desafio de transcender os muros das academias e contribuir com o reconhecimento e superação de problemas sociais. Nessa lógica é que emerge a pesquisa-ação que, conforme será exposto no presente artigo construído através de pesquisa bibliográfica, se apresenta como importante recurso metodológico de pesquisa qualitativa capaz de produzir conhecimento e contribuir com a transformação social – um dos compromissos éticos das ciências sociais.

Palavras-chave: Ciências Sociais. Pesquisa qualitativa. Pesquisa-ação.

Abstract: At the same time as the twenty-first century appears as a apex period regarding the science evolution (by technological advances and information technology), its essence is placed in check: its simplistic approach and deterministic is no longer considered capable to cover the complexity of social reality. Increasingly human subjectivity, its experiences and worldviews, are seen as relevant in the production of knowledge. Knowledge, in turn, that is placed the challenge of transcending the walls of academies and contribute to the recognition and overcoming social problems. In this logic emerges the research-action that, as it will be exposed in this article constructed through bibliographical research, presents itself as an important methodological resource of qualitative research capable, at to produce knowledge and contribute with social transformation - one of the ethical commitments of social sciences.

Keywords: Social Sciences. Qualitative research. Action research.

Recebido em: 23/07/2018. Aceito em: 02/05/2019

* Especialista nas áreas da Gestão Pública (UEPG/UFPR), Acolhimento Institucional e Familiar (PUC/PR) e em Intervenção Sociocultural (Unicentro). Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Assistente Social no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), com atuação no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Ponta Grossa. E-mail: bruna_wei@hotmail.com



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

Introdução

A busca pelo conhecimento de mundo sempre foi almejada pelo ser humano. Nesse sentido, diversas foram as formas concebidas para a explicação dos fenômenos que o cerceiam, seja através da religião, da arte, ou da filosofia, por exemplo. A ciência pode ser compreendida como uma dessas formas de busca pelo conhecimento, resultante da ação humana, social e historicamente concebida.

Contudo, a ciência pode apresentar enfoques diferenciados: pode ocupar-se do reconhecimento dos fenômenos da natureza, por exemplo, ou daqueles oriundos das relações sociais – que se configuram como foco de estudo das Ciências Sociais. No primeiro caso, predomina o paradigma positivista da ciência, muito questionado pelas Ciências Sociais já que, como será visto, por ser bastante técnico, impossibilita, muitas vezes, a apreensão da realidade na sua dinâmica e complexidade.

Tal como os enfoques apresentados, as técnicas de coletas de dados e os recursos metodológicos utilizados nas pesquisas também variam. Nas Ciências Sociais, de cunho predominantemente qualitativo, costuma-se haver preocupação com os sujeitos inseridos no contexto estudado, bem como com as relações que estabelecem com o meio a que pertencem. A historicidade aparece como de grande relevância para a análise e compreensão dos fenômenos nas suas multidensões. Ademais, são facilmente identificadas implicações ideológicas, isto é, as visões de mundo tanto do pesquisador como do sujeito que se estabelecem na pesquisa – condições refutadas pela ciência tradicional. Assim, os recursos utilizados nas Ciências Sociais para a apreensão da realidade e obtenção do conhecimento variam de acordo com os objetivos do estudo, mas, em sua totalidade, consideram a perspectiva dos sujeitos.

Dentre os recursos metodológicos mais utilizados nas pesquisas em Ciências Sociais, destaca-se a pesquisa-ação. Embora seu uso se sobressaia na área da educação, especialmente porque a escola costuma se configurar como um espaço coletivo de construção do saber (um dos principais objetivos do recurso), a pesquisa-ação é tida como referência quando se objetiva atuar com minorias, bem como com processos

emancipatórios em diversos contextos – o que se pretende demonstrar no presente artigo. Por consequência, será possível reconhecer as suas origens, aplicabilidade e contribuições no âmbito das Ciências Sociais, acompanhado do movimento de repensar o paradigma tradicional de ciência mencionado preliminarmente.

A pesquisa nas Ciências Sociais

Conforme brevemente referido, desde os primórdios o ser humano é movido pela busca do conhecimento; é o conhecimento que impulsiona o seu desenvolvimento em todos os aspectos, como cognitivo, cultural e social. Assim, diversas podem ser as fontes de saber, contudo, o conhecimento científico não é concebido de forma aleatória ou com base em procedimentos ocasionais, existindo alguns critérios a serem atendidos para serem considerados “ciência”.

Para Demo (2008, p. 20-21),

O conhecimento científico é objetivo porque descreve a realidade independentemente dos caprichos do pesquisador. É racional porque se vale sobretudo da razão, e não de sensação ou impressões, para chegar a seus resultados. É sistemático porque se preocupa em construir sistema de ideias organizadas racionalmente e em incluir os conhecimentos parciais em totalidades cada vez mais amplas. É geral porque seu interesse se dirige fundamentalmente à elaboração de leis ou normas gerais, que explicam todos os fenômenos de certo tipo. É verificável porque sempre possibilita demonstrar a veracidade das informações. Finalmente, é falível porque, ao contrário de outros sistemas de conhecimento elaborados pelo homem, reconhece sua própria capacidade de errar.

Considera-se que a ciência tem experimentado evoluções no que concerne a produção do conhecimento: no paradigma tradicional, concepção inicial da ciência, o distanciamento entre o sujeito de pesquisa e o pesquisador (pressupondo a neutralidade e objetividade) é tido como condição essencial para a caracterização do rigor científico. Para tanto, há ênfase em dados quantitativos por permitirem esse distanciamento e também por serem facilmente comprovados – características

que são compreendidas como essenciais para a determinação da ciência.

Em suma, o paradigma tradicional da ciência pauta-se em modelos de causa e efeito, na noção de continuidade e no determinismo, como características que, de modo geral, reduzem ao físico e ao biológico as fontes do conhecimento, sendo o psíquico desconsiderado ou subvalorizado, uma vez que a sua subjetividade trata-se de condição que colocaria em risco a cientificidade. Tal forma de pensar a ciência trouxe implicações para a realidade social no que tange à sua leitura, transformando o sujeito em objeto nas pesquisas.

Contudo, essa forma de conceber a ciência passou a receber algumas críticas. Alguns autores¹, inclusive, colocam que o maior desafio da ciência no século XXI consiste em transcender a competência explicativa dos fenômenos, rompendo com o paradigma do determinismo e da simplificação, e contemplar a subjetividade humana, bem como tudo aquilo que compõe a sua realidade e que não pode ser limitada a regras e conceitos fechados.

Assim, a pesquisa qualitativa, especialmente desenvolvida no âmbito das Ciências Sociais, emerge de forma consonante com os desafios colocados ao paradigma tradicional da ciência pela proximidade e importância dada ao sujeito que passa a ser considerado importante fonte de conhecimento e, sobretudo, motivação da pesquisa. Nela, a cientificidade é “pensada como uma ideia reguladora de alta abstração e não como um sinônimo de modelos e normas a serem seguidos” (MINAYO, 2009, p. 11).

A crítica à objetividade e neutralidade da ciência tradicional direciona-se principalmente à concepção de que a vida seria regulada por leis naturais que independem da ação do homem. Segundo Minayo,

[...] o objeto das Ciências Sociais é *essencialmente qualitativo*. A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela.

Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de conter a totalidade da vida social. As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade da existência dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, elas abordam o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados (MINAYO, 2009, p. 14).

Além disso, a neutralidade almejada pela ciência tradicional também é alvo de questionamento, uma vez que, nas Ciências Sociais, considera-se que

Não é apenas o investigador que tem capacidade de dar sentido ao seu trabalho intelectual. Todos os seres humanos, em geral, assim como grupos e sociedades específicas dão significado a suas ações e suas construções, são capazes de explicar a intenções de seus atos e projetam e planejam seu futuro, dentro de um nível de racionalidade sempre presente nas ações humanas (MINAYO, 2009, p. 13).

Destarte, tem-se a necessidade de repensar a ciência e reorganizar a sua teoria (especialmente considerando-se que esta, por si só, não é conhecimento; necessita da realidade para se constituir). Em outras palavras, salienta-se a importância da reconstrução da ciência enquanto uma atividade pensante e consciente que traz uma nova ética: de compromisso com o sujeito, através da compreensão mais ampla da época e contexto em que vive. Tal compromisso deve transcender os muros acadêmicos e contribuir com questões afetas a realidade social – contexto em que o recurso metodológico da pesquisa-ação se mostra bastante propício e contributivo.

Uma alternativa ao paradigma tradicional: concepção da pesquisa-ação

De forma mais atenta a realidade (não determinista, não linear ou causal, mas complexa e influenciada por diferentes fatores: sociais, culturais, econômicos, políticos, dentre outros), a pesquisa-ação se destaca na pesquisa,

¹ Especialmente contemporâneos, a exemplo de Edgar Morin, Boaventura de Sousa Santos, Enrique Dussel, dentre outros.

especialmente no âmbito das Ciências Sociais, por possibilitar mais do que a obtenção de informações colaborativas para com o pesquisador, a contribuição com o contexto e problema estudados.

Em outras palavras,

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 1986, p. 14).

Para tanto, a intervenção e participação são pressupostos básicos da pesquisa-ação, tal como assevera Baldisera (2001, p. 06):

Uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas implicadas no processo investigativo, visto partir de um projeto de ação social ou de solução de problemas coletivos e estar centrada no agir participativo e na ideologia de ação coletiva.

Contudo, há que se ressaltar que a participação almejada deve prever a verdadeira integração dos sujeitos com a pesquisa, desde o reconhecimento do problema e a construção coletiva das alternativas para o seu enfrentamento. Assim,

A forma de pesquisar a realidade implica a participação da população como agente ativo no conhecimento de sua própria realidade e possibilita a mesma adquirir conhecimentos necessários para resolver problemas e satisfazer necessidades. A pesquisa por ser ação, a própria forma ou maneira de fazer a investigação da realidade gera processo de ação das pessoas envolvidas no projeto. O modo de fazer o estudo, o conhecimento da realidade já é ação; ação de organização, de mobilização, sensibilização e de conscientização (BALDISERA, 2001, p. 08).

David Tripp (2005) reconhece a existência de cinco modalidades da pesquisa-ação, a saber: I) a pesquisa-ação técnica (que se trata de uma abordagem pontual e não tão aprofundada, planejada para a observação e atuação em elemento específico da realidade, como exemplo:

reconhecer a eficácia de determinado plano de aula numa turma no que tange aos seus objetivos, sem avaliar as suas implicações junto aos alunos); II) a pesquisa-ação prática (onde há relativização na sua condução de forma que o profissional pesquisador possa redirecioná-la, pelo conhecimento e experiência que possui que podem contribuir para o alcance dos melhores resultados aos participantes – como ocorre com o professor em sala de aula, por exemplo, quando altera as técnicas de lecionar em prol da aprendizagem dos educandos); e III) a pesquisa-ação política (que, ao alcançar seus objetivos, altera o sistema até então estabelecido, oportunizando consensos que não haviam e o trabalho conjunto no que era, até então, segmentado, por exemplo).

As duas últimas tipificações mencionadas pelo autor são entendidas como uma espécie de desdobramento da pesquisa-ação política e compreendem: IV) a pesquisa-ação socialmente crítica (aquela cujas ações repercutem socialmente, contribuindo para o aumento de oportunidades ou atendimento das necessidades de determinada população); e V) a pesquisa-ação emancipatória (um tipo mais raro e que se diferencia por almejar e repercutir num contexto mais amplo, como o movimento das sufragistas, por exemplo – que possibilitou o direito do voto a todas as mulheres).

Em suma, o que há de comum nas classificações elencadas por Tripp (2005) está na essência da pesquisa-ação que, por sua vez, deve pressupor o reconhecimento das demandas/limitações/problemáticas de determinado grupo ou comunidade e a sua superação a partir do engajamento coletivo, conforme será melhor elucidado adiante.

Ademais, em se tratando de ciência, nas palavras do autor:

[...] pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática [...] as técnicas de pesquisa devem atender aos critérios comuns a outros tipos de pesquisa acadêmica (isto é, enfrentar a revisão pelos pares quanto a procedimentos, significância, originalidade, validade etc) (TRIPP, 2005, p. 447).

Para o autor, a pesquisa-ação se distingue completamente da pesquisa tradicional e, embora pragmática, se difere da prática. Isso é possível, uma vez que a pesquisa-ação pode ser compreendida de duas formas: I) somente como prática voltada às especificidades e em benefício de determinado grupo, sem maiores especificações, podendo estar circunscrita nas tipificações já elencadas, ou II) se referir a um recurso metodológico de pesquisa científica. Sobre a segunda opção, veremos a seguir.

A pesquisa-ação como recurso metodológico de pesquisa científica

Vale ressaltar que antes de ser reconhecida enquanto recurso metodológico, a pesquisa-ação pode ser mencionada como recurso prático de muitos grupos. Pedro Demo (2008), inclusive, tenta demonstrá-la como tal, ao refletir sobre a atuação de algumas instituições que utilizam esta técnica.

O trabalho desenvolvido pelo Departamento intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico – DIEESE, para ilustrar, é mencionado por Demo (2008) como exemplo da pesquisa-ação enquanto prática. Isso porque a referida entidade da área sindical que atua com pesquisa, assessoria e educação do movimento sindical do país, tem a produção científica bastante reconhecida, cujos dados são voltados aos trabalhadores, especialmente filiados ao Partido dos Trabalhadores. Aliás, os partidos, de forma geral, podem ser mencionados como fontes da pesquisa-ação enquanto prática, uma vez que a pesquisa participante emerge quase que como uma vocação natural do seu contexto, já que o conhecimento que eles produzem costuma ser comprometido com a sua ideologia política.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) também pode ser citado como exemplo da pesquisa-ação enquanto prática, pois está diretamente ligado à questão da reforma agrária e é composto por pessoas engajadas com os propósitos do grupo (tais pessoas podem ser comparadas aos “intelectuais orgânicos” denominados por Gramsci, por se caracterizarem como estudiosos que se mantêm ligados à sua origem e atuam como seu porta-voz) que colaboram na pesquisa inerente à reforma e que

aplicam esse conhecimento nas questões que lhes dizem respeito.

A Pastoral da Criança, por sua vez, também pode ser um exemplo no que tange à pesquisa-ação enquanto prática, por aliar o bom conhecimento a práticas alternativas para a superação da desnutrição, por exemplo². Do mesmo modo podem ser compreendidas as cooperativas que, de forma geral, recorrem com frequência a conhecimentos técnicos visando aperfeiçoar suas intervenções e melhorar os seus resultados sempre com perspectiva no coletivo, em melhorias para a comunidade que representa. Todavia, apesar desses exemplos, que remontam a utilização da pesquisa-ação há um bom tempo, é recente o contexto em que ela passou a ser reconhecida como um recurso metodológico.

Embora não seja possível precisar o momento em que a pesquisa-ação passou a ser utilizada enquanto recurso metodológico, alguns autores como Schimanski (2009) sugerem que as suas origens, mencionadas na literatura, estejam relacionadas aos estudos desenvolvidos pelo psicólogo americano Kurt Lewin em meados de 1914, inerente às organizações de grupos e a possibilidade de transformação do seu contexto através da pesquisa e da sua participação. Já conforme Demo (2008) há maior ênfase no interesse e na utilização deste recurso metodológico na década de 1970, especialmente com grupos asiáticos, africanos e latino-americanos (populações oriundas de regiões emergentes).

Do mesmo modo, não se considera possível a menção de um único nome responsável pela conceituação da pesquisa-ação, mas nota-se que alguns pensadores são apontados como contribuintes para a sua concepção. Dentre eles, clássicos como Michel Foucault (crítico e ativista) e contemporâneos como Marcela Lagarde salientam por pensarem as minorias (tais como aqueles tidos como loucos, os presidiários e as mulheres) que precisariam superar a dominação

² Uma das atividades desenvolvidas pela Pastoral da Criança no que tange ao combate à desnutrição infantil, pauta-se no reaproveitamento dos alimentos, especialmente de partes menos consumidas, mas, cientificamente comprovados, com alto teor de nutrientes (casca, talo, etc). De posse desse conhecimento, os voluntários da Pastoral orientam e estimulam a produção de alimentos com tais ingredientes como forma de superação à desnutrição infantil e incentivo à alimentação saudável (PASTORAL DA CRIANÇA, 2018).

inscrita socialmente que determinava a sua subordinação (SCHIMIDT, 2006).

Antonio Gramsci, por sua vez, é apontado pelas reflexões acerca da possibilidade da tomada do poder pelos subordinados através da mudança de mentalidade. Para ele, os agentes principais dessas mudanças seriam os intelectuais orgânicos e um dos seus instrumentos mais importantes, para a conquista da cidadania, seria a escola. Seus conceitos, posteriormente, embasaram Paulo Freire na construção da sua concepção sobre a educação libertadora. Nessa lógica também se insere Enrique Dussel, conhecido por estudar a Filosofia da Libertação, que se ocupa de em descobrir o “fato” opressivo da dominação, acreditando que, a partir de então, seria possível transformar a realidade (STRECK, 2013).

Por fim, Boaventura de Sousa Santos vem somar pela crítica ao colonialismo eurocêntrico que considera que as particularidades históricas e culturais dos países emergentes, especialmente localizados no hemisfério Sul do planeta. Para ele, as peculiaridades destes países demandam flexibilidade nos instrumentos para a sua apreensão, não sendo sempre passíveis de serem apreendidos pelos métodos positivistas, adotados pela ciência tradicional (STRECK, 2013).

Em se tratando de América Latina, a figura do colombiano Orlando Fals Borda, também adepto do conceito de descolonização das Ciências Sociais, aparece como referência no que tange à pesquisa participante. Na década de 1970, Orlando esteve engajado na aplicação do método de investigação de ação participativa entre camponeses colombianos, partindo do suposto de que, para alterar as injustiças sociais, deveria ocorrer uma grande mudança no modelo de concentração de terras. A questão agrária e a realidade dos indígenas também foram foco da sua atenção, por serem considerados grupos vulneráveis e explorados. Por esse motivo, é considerado na América-latina um dos inspiradores e fundadores de uma sociologia comprometida com os processos de transformação local.

Um breve trecho de seu texto é capaz de demonstrar as suas contribuições quanto à pesquisa-ação e as Ciências Sociais, especialmente quando menciona:

Não parece que está se formando um novo paradigma científico para substituir qualquer um já existente, pela pesquisa participante. No entanto, podemos nos aproximar de um tipo de brecha metodológica se os pesquisadores engajados seguirem os efeitos dinâmicos do rompimento da díade sujeito-objeto que esta metodologia exige como uma de suas características básicas. São muito evidentes as potencialidades de se obter um novo conhecimento sólido a partir do estabelecimento, na pesquisa de uma relação mais proveitosa sujeito-sujeito, isto é, uma completa integração e participação dos que sofrem a experiência da pesquisa. Nada senão novas instituições podem surgir deste curso. Isto é igualmente importante como uma postura prática, na medida que as políticas de participação tornam-se mais sensíveis às necessidades reais das bases sociais e rompem com as relações verticais e paternalistas tradicionais (BORDA, 1986, p. 59).

No Brasil, a utilização da pesquisa-ação coincide com o processo de recuperação do país no que tange às consequências advindas do período da ditadura militar. Paulo Reglus Neves Freire é a figura considerada referência na utilização deste recurso metodológico.

Nascido em Recife/PE, o educador e filósofo brasileiro pertencia a uma família de classe média, mas que vivenciou a pobreza no período da crise de 1929 – o que possibilitou seu primeiro contato com as desigualdades sociais, desencadeando sentimento de preocupação com os pobres. Foi alfabetizado em casa pela genitora, cursou a faculdade de Direito, mas sempre se dedicou aos estudos de filosofia da linguagem, motivo pelo qual lecionou especialmente a disciplina de português em escolas de nível médio. Foi contratado para dirigir o departamento de educação do Serviço Social da Indústria (SESI) onde entra em contato com a alfabetização de adultos – trajetória esta que fortaleceu e direcionou seu percurso na área da educação.

De forma geral, é possível notar grande influência dos conceitos de Karl Marx nas suas reflexões, uma vez que é a partir deles que Paulo Freire elabora a sua “Filosofia da Práxis”. Nela, Freire considera que as classes dominantes usam de uma ideologia opressora que aliena classes oprimidas – contexto em

que a educação emancipadora do sistema hegemônico apresenta-se como instrumento para a democracia e para a organização da sociedade civil. Para Freire, o objetivo maior da educação é conscientizar o educando, o que significaria promover o entendimento acerca da sua condição de opressão e instiga-lo a agir em prol da própria libertação, tornando-o protagonista da sua própria história³.

Atrelando essa concepção com o seu entendimento de ciência, Freire coloca:

[...] a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos estes fatos e todos estes dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população nele envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade. Se me preocupa, por exemplo, numa zona rural, o problema da erosão, não compreenderei, profundamente, se não percebero, criticamente, a percepção de que dele estejam tendo os camponeses da área. A minha compreensão e o meu respeito. Fora desta compreensão e deste respeito à sabedoria popular, à maneira como estes grupos populares se compreendem em suas relações com o seu mundo, a minha pesquisa só tem sentido se a minha opção política é pela dominação e não pela libertação dos grupos e das classes sociais oprimidas. Desta forma, a minha ação na pesquisa e a dela decorrente se constituem no que venho chamando de invasão cultural a serviço sempre da dominação. Se, pelo contrário, minha opção é libertadora [...] não posso reduzir os grupos populares a meros objetos da minha pesquisa. Simplesmente não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento (FREIRE, 1986, p. 35).

Nos conceitos de Borda e de Freire é possível perceber a essência da pesquisa-ação que pressupõe o reconhecimento de problemáticas advindas da população (em geral, minorias) e a contribuição do pesquisador para que tais demandas sejam reconhecidas

e enfrentadas coletivamente, através de intervenções construídas de forma participante.

É por esse motivo que a pesquisa-ação também é conhecida como “pesquisa participante”. Há autores como Gil (2006) que compreendem “pesquisa-ação” e “pesquisa participante” como formas distintas de pesquisa, uma vez que consideram a possibilidade de determinada pesquisa se constituir de modo participante, mas não alcançar o nível da ação, ou seja, de intervenção na realidade⁴. Porém, uma breve busca na literatura leva a compreensão de que, na maioria dos casos, a pesquisa-ação e a pesquisa participante são tratadas pelos autores como sinônimos.

Tal como foi possível observar nos excertos de Borda e Freire, Demo (2008) demonstra que a pesquisa-ação há muito tempo ocorre como prática, antes mesmo de ser pensada como recurso metodológico científico. Contudo, enquanto recurso de pesquisa distingue-se da prática pela produção do conhecimento, bem como pela necessidade da participação enquanto elementos concomitantes e complementares.

Na pesquisa-ação enquanto recurso metodológico objetiva-se a equação de problemas e o levantamento de soluções por meio de ações capazes de transformar a realidade – o que ocorre a partir da troca de saberes entre pesquisadores e participantes num compromisso com a mudança. Tal objetivo demanda a capacidade de construção de diagnósticos, de percepção dos valores das pessoas envolvidas e de construção de solução dos problemas identificados.

Para tanto, Thiollent (1986) considera alguns princípios fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa-ação, tais como: a importante e imprescindível participação da comunidade em todo o processo (desde o diagnóstico dos problemas até à busca de soluções e à interpretação dos achados); a compreensão do processo de pesquisa como processo dialético, ou seja, de diálogo através do tempo e não como desenho estático a partir de um ponto no tempo; e o entendimento do processo de pesquisa como parte da experiência educacional total, que serve para estabelecer as necessidades da

³ Vale ressaltar que embora a fala de Freire remeta ao contexto escolar, seus conceitos são aplicáveis a todo o contexto social em que os sujeitos, instigados a pensar sobre a realidade em que estão inseridos para a superação de eventuais situações de exploração e alienação, podem ser considerados “educandos”.

⁴ Motivo pelo qual se opta pela utilização do termo “pesquisa-ação” para o presente texto, visando a menção às pesquisas interventivas.

comunidade, bem como para contribuir com a conscientização e o compromisso dentro dela.

Todas essas características, em termos de Ciências Sociais, não devem ser desatreladas às especificidades éticas preconizadas nas pesquisas com seres humanos.

Aplicabilidade e implicações éticas

Demo (2008) cita a importância de se conhecer as habilidades interpessoais do pesquisador e de todos os envolvidos como condição essencial para o melhor aproveitamento da pesquisa-ação. Segundo o autor, isso acaba por facilitar o trabalho com dados da realidade no diagnóstico, na definição de metas e nas possibilidades de resposta às respectivas demandas. Ademais, torna-se importante tratar a teoria de forma prática ligando o pensamento à ação, detectando e corrigindo erros numa espécie de retroalimentação constante, em um ambiente de aprendizado em que todos os participantes possam reconhecer as condições em que trabalham em prol da mobilização de ações na solução dos problemas – o que é tido como essencial para o êxito da pesquisa-ação.

Contudo, embora possam ser visualizados princípios e orientações comuns no que tange ao desenvolvimento da pesquisa-ação, uma breve revisão de literatura permite verificar que não existe padronização no que tange a sua implementação. Esta parece admitir diversas formas de sistematização, pressupondo a utilização de planejamento flexível e roteiro não fixado – o que não deve ser confundido com ausência de rigor metodológico. Tem-se, então, a possibilidade de adaptações em razão das circunstâncias e da dinâmica interna do grupo, bem como do relacionamento do pesquisador com a situação investigada. Assim, de forma geral, identifica-se que, dentro dessa flexibilidade, o desenvolvimento da pesquisa-ação deve prever dois momentos principais: a fase exploratória e a elaboração da estratégia educativa.

À título de exemplo, o quadro a seguir apresenta um resumo das fases e informações que precisam ser contempladas numa pesquisa-ação, nas concepções adotadas por Thiollent (1986) e Demo (2008):

QUADRO 1: SÍNTESE DA IMPLEMENTAÇÃO DA PESQUISA-AÇÃO CONFORME THIOLLENT (1986) E DEMO (2008)

continua

Fases	Thiollent (1986)	Demo (2008)
1ª Fase - Exploração	<p>Através de aproximações sucessivas, constrói-se, coletivamente (através de seminários):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico (mais do que dados sobre a população/local, identificar problemas prioritários e eventuais ações, apoiadores e resistentes, expectativas); - Estratégia metodológica (pesquisa de campo, planejamento de ações, capacitação, etc) e o papel do pesquisador; - Definição do tema e da problemática da pesquisa; - Referencial teórico; - Formulação de hipóteses; - Constante coleta de dados (das intervenções, observações, questionários, entrevistas grupais, diário de campo, etc). 	<p>A partir de conhecimento prévio da população e do local de pesquisa, ocorre, em nível de pesquisa exploratória (primeira aproximação):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fixação de objetivos; - Seleção de variáveis e de instrumentos de pesquisa; - Realização da Pesquisa; - Síntese; - Retroalimentação.
2ª Fase – Identificação das necessidades básicas	*	<p>Num segundo momento de aproximação, tem-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração da problemática de pesquisa; - Nova seleção das variáveis e dos instrumentos; - Realização; - Análise e síntese; - Retroalimentação.

conclusão

Fases	Thiollent (1986)	Demo (2008)
3ª Fase – Elaboração de estratégia educativa / divulgação de resultados	<ul style="list-style-type: none"> - Processo de aprendizagem; - Construção do saber formal e informal; - Plano de ação; - Divulgação externa. 	Por fim, ocorre: <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de estratégias hipotéticas; - Elaboração de dispositivo de comprovação; - Discussão com a população; - Comunidade assume estratégias; - Execução.

Fonte: Thiollent (1986); Demo (2008). Sistematização da autora.

* Thiollent (1986) só define a primeira e a última etapas, considerando que o processo existente entre elas pode ser composto de uma ou várias fases de intervenção. Assim, primeira e segunda etapas são intrínsecas.

Conforme Demo (2008), a fase exploratória ocorre em duas etapas: a primeira com o intuito de construir um conhecimento prévio da população e do local da pesquisa, além de estabelecer os objetivos, selecionar as variáveis e os instrumentos de pesquisa a serem utilizados; enquanto que, na segunda, resultante de um processo de retroalimentação (análise da prática realizada com o grupo), a problemática da pesquisa seria construída e os instrumentos e variáveis podem ser reconstruídos conforme a avaliação realizada. Thiollent (1986), por sua vez, não distingue a fase exploratória em dois momentos, mas considera que o conhecimento do contexto de estudo e da problemática ocorrerem simultaneamente, através de gradativas aproximações e reconstruções com a população pesquisada através dos resultados obtidos nos seminários com os grupos.

Inerente à fase seguinte, de elaboração da estratégia educativa, os dois autores corroboram no sentido de que se trata de um momento de construção coletiva de um plano de ação, resultante de um processo de aprendizagem sobre o contexto estudado, nas quais há um compromisso da comunidade em assumir as táticas estipuladas para beneficiarem o seu contexto.

Autores como Tripp (2005), entretanto, tratam o processo de retroalimentação mencionado por Demo (2008) como uma terceira fase. Para ele, as três fases da pesquisa-ação (planejamento, implementação e avaliação) ocorreriam na forma de ciclo, tantas vezes quantas forem necessárias para contemplar a exploração do contexto de pesquisa e a identificação da estratégia educativa.

Tais considerações levam a percepção de que não existe um roteiro pré-estabelecido para

aqueles que desejam utilizar-se da pesquisa-ação como recurso metodológico. Entretanto, a sua essência se assemelha e deve ser sempre mantida e respeitada, preservando a condição da participação dos sujeitos em todas as etapas da pesquisa e a construção coletiva de intervenções locais especialmente através dos seminários (convenções coletivamente construídas), sempre se pautando em referenciais teóricos para o direcionamento do trabalho para que ele não se fragilize em termos de cientificidade.

Além do rigor científico, outra questão que demanda bastante atenção do pesquisador trata-se da ética. A ética pressupõe o compromisso do pesquisador com os sujeitos envolvidos e, nesse sentido, quando da utilização da pesquisa-ação, deve buscar a participação consentida e esclarecida dos sujeitos, cujas contribuições devem ser, sem exceção, consideradas.

Outros aspectos éticos da pesquisa-ação referem-se ao fato de que os participantes não devem ser enganados, manipulados ou explorados, seja no delineamento do trabalho ou para alcançar determinados fins de pesquisa, priorizando os interesses do pesquisador. Ademais, o processo de pesquisa não deve se esgotar em produto acadêmico, mas representar benefício direto e imediato à comunidade alvo de sua atuação, ou seja, deve ter alguma utilidade prática social.

Concebe-se, assim, a pesquisa-ação como recurso metodológico diferenciado, especialmente porque retira os sujeitos da posição de meros informantes para torná-los parceiros na construção de um conhecimento que trará benefícios a todos os envolvidos. Com a centralidade no sujeito, o recurso metodológico acaba contribuindo para uma intervenção social,

instigando, especialmente, a luta por interesses e direitos. Nesse sentido, uma das maiores implicações éticas da pesquisa, especialmente visualizada na pesquisa em Ciências Sociais, está relacionada à democratização do saber e possibilidade de transformação social.

Considerações Finais

A pesquisa-ação trata-se de um dos mais ricos e contributivos recursos metodológicos da pesquisa qualitativa, especialmente utilizado nas Ciências Sociais. Apresenta grandes contribuições no que tange à produção do conhecimento, principalmente porque extrapola os meios acadêmicos e assume compromisso com as demandas das minorias sociais. Neste contexto, a pesquisa-ação acaba por denunciar contradições existentes na sociedade capitalista ante as suas formas históricas de desigualdade social e se destaca por instigar a participação dos sujeitos na produção do conhecimento, contribuindo com o processo de democratização do saber.

Circunscrita nas Ciências Sociais, a principal crítica que a pesquisa-ação recebe está atrelada à possibilidade de deturpar a realidade por não se prender a métodos e comprovações, tal como almejado pela ciência tradicional. Porém, há que se considerar que a deturpação ocorre, na verdade, quando da utilização do paradigma positivista que, eurocêntrico, não considera as peculiaridades que compõem as realidades demandando que elas sejam estudadas com instrumentos flexíveis para abarcá-las.

Assim, da crítica emerge um grande desafio a ser superado que concerne à dificuldade de aceitação o instrumento da pesquisa-ação, na qual o conhecimento é construído de forma agregada e colaborativa entre pesquisador e sujeitos pesquisados (tem-se, por exemplo, que as instituições de financiamento de pesquisas demonstram tendências de apoio a pesquisas clássicas, ainda não reconhecendo a importância das pesquisas nas Ciências Sociais, especialmente as de cunho participante).

Nesse sentido e, por derradeiro, torna-se relevante destacar que a pesquisa-ação não despreza a metodologia científica inerente ao seu rigor, ao estabelecimento de critérios e ao controle intersubjetivo, mas, ao contrário, acrescenta o

compromisso com mudanças concretas. Sua definição vai ao encontro do compromisso das Ciências Sociais, contribuindo para a visibilidade social de problemas advindos de populações marginalizadas, estando ainda, nesse sentido, atrelado à busca e garantia de direitos humanos.

Referências

BALDISERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Revista Sociedade em Debate**. Pelotas: v. 7, n. 2, p. 5-25, 2001.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Pesquisa Participante**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 42-62.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante**: saber pensar e intervir juntos. Brasília: Liber Livro Editora, 2ª Edição 2008. 140 p.

FREIRE, Paulo. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Pesquisa Participante**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 34-41.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. 7. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Desnutrição Infantil**. Disponível em: <<https://www.pastoraldacrianca.org.br/bebe/3693-desnutricao-infantil>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SCHIMANSKI, Edina. **Pesquisa-ação como instrumento de pesquisa social crítico-emancipatória**. *In*: BOURGUIGNON, Jussara Ayres (org). Pesquisa social: reflexões teóricas e metodológicas. Ponta Grossa: TODAPALAVRA Editora, 2009. p. 86-97.

SCHIMIDT, Maria Luisa Sandoval. Pesquisa Participante: Alteridade e Comunidades Interpretativas. **Revista Psicologia USP**. São Paulo: v. 17, n. 2, p. 11-41. 2006.

STRECK, Danilo. Pesquisa (ação) participante e convergências disciplinares: Reflexões a partir do estudo do orçamento participativo no sul do Brasil.

Civitas. Porto Alegre: v. 13, n. 3, p. 477-495, set./dez. 2013.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**. São Paulo: v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.